

Edital nº 100/SMADS/2016

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo torna pública, para ciência dos interessados, a abertura de procedimento de seleção para a instalação do serviço socioassistencial denominado serviço: SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL ÀS PESSOAS NA RUA E EM SITUAÇÃO DE RUA QUE FAZEM USO DAS RUAS PARA O CONSUMO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM CENAS DE USO – SEAS MODALIDADE 4, no distrito especificado no item 1.1 deste edital, para operacionalização descentralizada conforme Decreto nº 54.073 de 04/07/2013, pela Supervisão de Assistência Social Lapa/SAS – LA, devendo as Organizações/Entidades/Associações sem fins econômicos, interessadas no estabelecimento de parceria com esta Pasta, apresentar suas propostas no local e data identificados no item 2. O procedimento de conveniamento reger-se-á pelas disposições contidas na Lei Municipal n.º 13.153/01, pelo Decreto Municipal n.º 43.698/03 e, no que couber, pela legislação em vigor, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

1 – OBJETO

1.1. O presente Edital tem como objeto tornar público o interesse da Municipalidade em oferecer o seguinte serviço socioassistencial, a saber:

1.1.1 - Distrito: Todos os distritos da SP- Lapa

1.1.2 - Supervisão de Assistência Social: Lapa

1.1.3 - Área de Abrangência: Distritos da SP-Lapa

1.1.4 - Tipo de Serviço: Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas na Rua - SEAS

1.1.5 - Modalidade: Serviço Especializado de Abordagem Social às pessoas na rua e em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo abusivo de substâncias psicoativas em cenas de uso – SEAS Modalidade 4

1.1.6 - Quantidade de unidade(s) de Serviço a ser conveniada: 01

1.1.7 - Vagas: 100 atendimentos/mês

1.1.8 - Bem Imóvel: Trailer disponibilizado pela SMADS para atuar na área de abrangência SAS- LA, Subprefeitura - Lapa

1.1.9 - Valor de repasse de recurso mensal:

Fase 1:

R\$ 46.378,79 (Quarenta e Seis Mil, Trezentos e Setenta e Oito Reais e Setenta e Nove Centavos) para organização sem isenção da cota patronal do INSS.

R\$ 42.327,37 (Quarenta e Dois Mil, Trezentos e Vinte e Sete Reais e Trinta e Sete Centavos) para organização com isenção da cota patronal do INSS.

Fase 2:

R\$ 50.811,68(Cinquenta Mil, Oitocentos e Onze Reais e Sessenta e Oito Centavos) para organização com isenção da cota patronal do INSS.

R\$ 56.576,97 (Cinquenta e Seis Mil. Quinhentos e Setenta e Seis Reais e Noventa e Sete Centavos) para organização sem isenção da cota patronal do INSS.

1.1.10 - Verba de Implantação: até o valor de um R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Dotação orçamentária: 93.10.08.244.3023.4308.3.3.90.39.00.02 - PROTEÇÃO ESPECIAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, podendo ser alterada a qualquer tempo por conveniência da Administração.

Cronograma de desembolso: A liberação dos recursos destinados ao pagamento mensal dos serviços conveniados ocorrerá até o 5º dia útil do mês subsequente à execução, exceto para os serviços com cofinanciamento de esfera federal ou estadual, cujo pagamento ocorrerá até o 8º dia útil do mês subsequente à execução, vinculado ao depósito dos respectivos recursos no

Fundo Municipal de Assistência Social. Excepcionalmente, no mês de janeiro de cada exercício, o pagamento será efetuado assim que a abertura do Sistema NOVOSEO e a liberação das cotas financeiras por parte da Secretaria Municipal de Planejamento.

1.2. As ofertas e os padrões específicos exigidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para este tipo de serviço estão detalhados na Portaria 46/SMADS/2010 com suas alterações, Portaria 47/SMADS/2010, Portaria 26/SMADS/2015, Portaria 27/SMADS/2015, Norma Técnica dos Serviços Socioassistenciais – Proteção Social Básica e Especial, publicada em 07/12/2012 e instituída pela Portaria nº 21/SMADS/GAB/2012 e nas informações complementares descritas no Anexo V deste edital, que deverão ser usadas como parâmetros pelas organizações/entidades/associações, quando da apresentação de suas propostas, conforme item 3 deste edital;

1.3. As Organizações/Entidades/Associações poderão apresentar proposta para o serviço desde que atendidas às disposições previstas neste Edital;

1.4. A proposta deverá ser apresentada dentro de um envelope endereçado à Supervisão de Assistência Social mencionada no subitem 1.1.2 deste edital.

2 – CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO, LOCAL, DIA E HORA PARA RECEBIMENTO E VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E CONVOCAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

2.1. O Comitê de Avaliação designado pela Supervisão de Assistência Social mencionada no subitem 1.1.2 deste edital, nos termos do art.16 do Decreto 43.698 de 02 de setembro de 2003 e das Portarias nº 31/SAS/GAB/2003 e 19/SMADS/2007 de 23/08/07, será constituído da forma que segue:

TITULARES:

Erika Ribeiro de Mendonça – RF 787.767.6 (Presidente)

Ana Maria Lopes Calbar – RF 779.347.2

Leila Nordi Murat – RF 558.433.7

SUPLENTE:

Volnei da Silveira Marinho – RF 781.274.4

Jurema de Lima Reis – RF 593.134.7

2.2. Caberá a SMADS convidar para a Audiência Pública representante do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS e demais conselhos de direitos afetos ao serviço tratado neste edital, devendo constar do processo que cuidará do procedimento cópia do ofício protocolado no referido conselho;

2.3. O Comitê de Avaliação designado e conforme consta no subitem 2.1 receberá envelope endereçado à Supervisão de Assistência Social mencionada no subitem 1.1.2 deste edital, contendo a Proposta da Organização/ Entidade/Associação sem fins econômicos para o serviço do item 1 – “objeto” deste edital da forma que segue:

Data: 15/06/2016

Horário: das 10 h às 12 horas

Local: Rua Caio Graco, nº 423 – Lapa – Sala: Proteção Social Especial

2.4. Somente serão consideradas as propostas entregues diretamente aos membros do Comitê de Avaliação no dia, local e horário indicado neste edital;

2.5. Caberá a cada Comitê de Avaliação verificar, no momento da entrega e na presença da interessada, se a proposta está instruída com os elementos exigidos neste edital, devendo rubricar todos os elementos entregues nesta ocasião;

2.6. Caberá ao Comitê de Avaliação verificar no site www.prefeitura.sp.gov.br, na página de Finanças, no link para o CADIN se a organização proponente consta do Cadastro Informativo Municipal - CADIN, pois em caso positivo significa que a organização possui pendência com a Administração Pública Municipal e seus órgãos ficam impedidos de celebrar convênios com a mesma, conforme Decreto nº 47.096 de 21/03/2006. O Comitê deverá orientar a proponente a proceder a regularização da pendência até a data de assinatura do convênio caso seja considerada apta.

2.7. A Audiência Pública designada pela Supervisão de Assistência Social mencionada no subitem 1.1.2 deste edital, nos termos do artigo 14 do Decreto 43.698 de 02 de setembro de 2003 e da Portaria 31/SAS/2003 e 19/SMADS/2007 de 23/08/07, que será realizada da forma que segue:

DATA: 22/06/2016 HORÁRIO: às 10h30 LOCAL: Rua Caio Graco, nº 423 – Lapa- Sala: Auditório
--

3 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

3.1. A Proposta da Organização/Entidade/Associação Interessada para o tipo de serviço descrito no item 1 – “objeto” deste edital, deverá ser apresentado de forma escrita, dentro de um envelope, devendo ainda ser instruída com os seguintes elementos:

3.1.1. Declaração de matrícula ou credenciamento em SMADS, bem como declaração, assinada pelo representante legal da organização/entidade/associação, de estar apta a apresentar os documentos exigidos em conformidade com o disposto no artigo 11 da Portaria nº 31/2003/SAS/GABINETE alterada pela Portaria nº 19/SMADS/GAB/2007, para fins de celebração de convênio com o Município;

3.1.2. Inscrição da organização/entidade/associação no Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, em conformidade com a Resolução 528/2011 do COMAS- SP e protocolo de manutenção anual;

3.1.2.1. O protocolo do requerimento de inscrição servirá como prova da inscrição até o julgamento do processo nos termos do parágrafo primeiro do artigo 40 da Resolução citada.

3.1.3. Inscrição da organização/entidade/associação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, quando o objeto tratar especificamente de usuários crianças e adolescentes;

3.1.4. Detalhamento do currículo de experiências sociais da organização/entidade/associação sem fins econômicos

3.1.4.1. Apresentar suas experiências na área social e declarações de reconhecimento de suas práticas emitidas por instituições governamentais e não governamentais, de reconhecida expressão, nacional ou internacional, caso existam;

3.1.4.2. Apresentar parcerias com outras instituições, universidades e empresariado para gestão dos serviços já desenvolvidos, bem como aquelas que pretende estabelecer, demonstrando sua capacidade de realizar e manter parcerias para a gestão do serviço ora proposto.

3.1.5. Detalhamento de sua Proposta de Desenvolvimento de Serviço ou Projeto descrevendo em relação à unidade escolhida:

3.1.5.1. As instalações a serem utilizadas;

3.1.5.2. A abrangência territorial da ação a ser desenvolvida em congruência com o estabelecido pela SAS;

3.1.5.3. A vinculação da ação com as orientações do Plano Municipal de Assistência Social e diretriz nacional – LOAS, PNAS, SUAS / Proteção Social Básica e Especial / CRAS / CREAS / CREAS POP / Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios de Transferência de Renda;

- 3.1.5.4. A forma que utilizará para acesso dos usuários e de controle da demanda pelas ofertas do serviço;
- 3.1.5.5. A metodologia a ser desenvolvida para as ofertas socioeducativas e sociais, evidenciando para a acolhida, de modo a demonstrar as estratégias de atuação para alcance das metas de atendimento;
- 3.1.5.6. A forma de monitoramento e avaliação dos resultados e metas estabelecidas para o desenvolvimento do serviço;
- 3.1.5.7. Demonstrar conhecimento do território de implantação do serviço e do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade;
- 3.1.5.8. Demonstrar conhecimento e capacidade de articulação com serviços da rede socioassistencial local e políticas públicas setoriais, no âmbito territorial direcionado as crianças, adolescentes e famílias.
- 3.1.6. Detalhamento dos Recursos Humanos na gestão do serviço, em conformidade com o estabelecidos na Portaria 46/2010/SMADS e suas alterações para cada tipologia:
- 3.1.6.1. Especificar no quadro de recursos humanos a formação de cada profissional, bem como, a carga horária, habilidades, atribuições e competências;
- 3.1.6.2. Especificar a distribuição dos profissionais para a operacionalização e gestão do serviço para a garantia dos resultados e metas estipuladas;
- 3.1.6.3. Especificar a proposta de capacitação continuada que será realizada para o quadro de recursos humanos;
- 3.1.6.4. Especificar que o processo de seleção e capacitação continuada dos profissionais do serviço, será em conjunto com SAS / CRAS ou CREAS e SMADS / Proteção Social Básica ou Especial e Espaço do Aprender Social - ESPASO.
- 3.1.7. Detalhamento da aplicação dos Recursos Financeiros na gestão do serviço, conforme modelo do Anexo VI desta Portaria:
- 3.1.7.1. Especificar a distribuição dos recursos financeiros para a operacionalização e gestão do serviço por elemento de despesa para cada tipologia;
- 3.1.7.2. Especificar os custos mensais e anuais estimados, respeitando para a composição do custo mensal a contemplação dos elementos de despesas contidos no Anexo V deste edital para cada tipologia;
- 3.1.7.3. Especificar a eventual contrapartida da organização/associação/entidade sem fins econômicos na gestão do serviço;
- 3.1.7.4. Informar se há necessidade de verba de implantação, especificando o valor e detalhando a sua utilização, observado o valor limite máximo mencionado no subitem 1.1.10, a qual deve destinar-se ao pagamento de despesas iniciais para a implantação do serviço;
- 3.1.7.4.1 Fica vedada a solicitação/concessão de verba de implantação caso a organização que vença a audiência seja a mesma que vinha executando o serviço.
- 3.1.7.4.2. Em casos excepcionais e devidamente justificados, a critério de SMADS, quando houver situação que importe novação, a organização/entidade/associação que vinha executando o serviço e vença a audiência, poderá receber verba.

4 – DATA E FORMA DE DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- 4.1. As propostas recebidas serão apresentadas em audiência pública, especialmente convocada para este fim, para manifestação de usuários, moradores, representantes de Conselhos, dentre outros, e para eventuais complementações e esclarecimentos das organizações/entidades/ associações proponentes.
- 4.2. As regras para realização das audiências públicas e participação das organizações e associações interessadas estão disciplinadas na Portaria n.º 31/2003/SAS/GABINETE alterada pela Portaria n.º 19/SMADS/GAB/2007.

5 – QUANTO ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

5.1. Na audiência pública, as organizações/entidades/associações deverão ser representadas por seu representante legal ou por pessoa devidamente credenciada pelo responsável legal da instituição.

5.2. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

5.2.1. Instrumento público de procuração pelo qual a organização tenha outorgado plenos poderes ao credenciado, podendo este representá-la na audiência pública e oferecer esclarecimentos e informações que forem necessários;

5.2.2. Instrumento particular de procuração/credenciamento (conforme Anexo I deste edital) pelo qual a organização tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la na audiência e oferecer esclarecimento e informações que forem necessárias.

5.3. A Organização/Entidade/Associação que tenha apresentado proposta, mas que não esteja presente no momento da audiência em conformidade com o descrito no item 5.1, ficará impossibilitada de oferecer informações e/ou complementações à proposta caso seja necessário, resultando na inaptabilidade da proponente.

5.4. Julgando necessário, o comitê de avaliação, no decorrer da audiência pública, poderá conceder o prazo de até 2 (dois) dias úteis para que as organizações proponentes apresentem, por escrito, os esclarecimentos e complementações indicados na audiência pública, que deverão ser protocolados na Supervisão de Assistência Social mencionada no subitem 1.1.2, junto a um dos membros do Comitê de Avaliação.

6 – CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

6.1. O Comitê de Avaliação apresentará parecer técnico analisando as propostas apresentadas, as condições legais das proponentes e as manifestações produzidas em audiência pública, manifestando e justificando a escolha daquela mais apta para executar o serviço, de acordo com os seguintes critérios:

6.1.1. Congruência da proposta com o Plano Municipal de Assistência Social do Município de São Paulo – PLAS-sp, de forma a verificar as possibilidades que a proposta apresentada oferece para alcance das metas nele indicadas;

6.1.2. Qualidade das experiências sociais da organização/entidade/associação proponente e a compatibilidade delas com o tipo de serviço a ser executado, a luz do currículo de experiências sociais e das declarações de reconhecimento de suas práticas emitidas por instituições governamentais, de reconhecida expressão, nacional ou internacional;

6.1.3. Capacidade em atender as metas estabelecidas;

6.1.4. Compatibilidade entre a proposta apresentada, as ofertas e os padrões específicos que compõem o tipo de serviço indicado no item 1 – objeto deste edital, constantes nas Portarias 46/2010/SMADS e 47/2010/SMADS publicadas em DOC 15/02/2011 com suas respectivas alterações, Norma Técnica dos Serviços Socioassistenciais – Proteção Social Básica e Especial publicada em 07/12/2012 e instituída pela Portaria nº 21/SMADS/GAB/2012 e nas informações complementares descritas no Anexo V deste edital;

6.1.5. Compatibilidade entre os valores apresentados no “Demonstrativo de Custeio do Serviço Conveniado” da proposta apresentada com as normas estabelecidas na Portaria 27/SMADS/2015 e suas alterações e informações contidas no Anexo V deste edital;

6.1.6. Capacidade de potencializar e distribuir recursos humanos para a gestão dos serviços e a garantia de viabilizar resultado;

6.1.7. Especificação e qualificação dos recursos humanos que disponibilizarão para o serviço, segundo parâmetros da SMADS;

6.1.8. Disposição para garantir o caráter público da parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo, na divulgação do serviço a ser prestado e na atenção ao usuário;

6.1.9. Capacidade e disposição de manter relação de referência/contra-referência entre o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS / Centro de Referência Especializado de

Assistência Social - CREAS e as vagas dos serviços conveniados, de forma a operar as suas ações integradas em rede e a atender a demanda dos usuários;

6.1.10. Capacidade da organização/entidade/associação sem fins econômicos de garantir contrapartida na gestão do serviço a ser conveniado;

6.1.11. Capacidade de realizar parcerias com a iniciativa privada, terceiro setor, universidades entre outros na gestão do serviço;

6.1.12. Complementação dos elementos da proposta e esclarecimentos apresentados pela organização/entidade/associação sem fins econômicos proponente, em audiência pública.

6.2. O parecer do Comitê de Avaliação será publicado no Diário Oficial da Cidade, no prazo de até 7 (sete) dias, após a realização da audiência pública.

7 – POSSIBILIDADE DA MANIFESTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES/ ENTIDADES/ASSOCIAÇÕES ACERCA DO PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO

7.1. A organização/entidade/associação proponente poderá apresentar manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias contínuos, a contar da data da publicação do parecer técnico do Comitê de Avaliação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

7.2. O prazo para manifestação é contado excluindo-se o dia da publicação, e incluindo-se o dia do vencimento.

7.2.1. Considera-se prorrogado o prazo estipulado até o primeiro dia útil, se o vencimento ocorrer no sábado, domingo, feriado, ponto facultativo municipal ou se o expediente administrativo for encerrado antes do horário normal;

7.2.2. Só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal.

7.3. A manifestação da organização/entidade/associação proponente será analisada pela Supervisão de Assistência Social mencionada no subitem 1.1.2 quando da efetiva escolha e elaboração de parecer indicando a organização ou associação mais apta a celebrar a parceria mediante convênio.

8 – ELABORAÇÃO DE PARECER PELO SUPERVISOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL INDICANDO A ORGANIZAÇÃO/ENTIDADE/ASSOCIAÇÃO APTA A CELEBRAR O CONVÊNIO E DESPACHO HOMOLOGATÓRIO

8.1. O Supervisor da Supervisão de Assistência Social mencionado no subitem 1.1.2 emitirá parecer indicando e justificando a organização/entidade/associação mais apta a celebrar a parceria mediante convênio, o qual será submetido ao Titular da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para homologação.

8.2. O despacho homologatório autorizando a celebração do convênio será publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

9 – DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO

9.1. São exigidos para a celebração do convênio os seguintes documentos, que devem ser entregues na Supervisão de Assistência Social mencionada no subitem 1.1.2.

a) Cópia da ata de reunião de eleição e posse da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica; e quando não constar na ata o período do mandato da diretoria deverá ser apresentado também o Estatuto da organização;

b) Cópia da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 com prazo de validade em vigência;

- c) Cópia da certidão de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com prazo de validade em vigência;
- d) Conta corrente específica da organização ou associação para recebimento dos reembolsos advindos do convênio, especificamente no Banco do Brasil;
- e) Declaração da organização/entidade/associação escolhida de que não possui menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos realizando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, cumprindo o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, sob as penas da lei;
- f) Certidão de Isenção do Imposto Sobre Serviço – ISS ou protocolo do pedido de seu reconhecimento. Caso não apresentados, haverá retenção de 5% do ISS;
- g) Cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, com validade em vigência, no caso da organização ter o reconhecimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;
- h) Cópia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- i) Declaração assinada por cada membro da diretoria executiva da entidade, atestando que não incidem nas vedações constantes do artigo 1º do Decreto nº 53.177/2012 (Anexo III deste edital);
- j) Certificado de Regularidade Cadastral – CENTS e/ou protocolo de recadastramento anual;
- k) Termo de Responsabilidade, quando tratar-se de imóvel cedido pela organização ou locado com repasse de recursos por SMADS (Anexo IV deste edital).

9.2. A celebração do convênio está sujeita à assinatura de documento Termo de Responsabilidade, conforme disposto no artigo 12 da Portaria nº 31/2003/SAS/GABINETE, alterada pela Portaria 19/SMADS/GAB/2007, quando o imóvel for cedido ou disponibilizado pela própria organização/ entidade/ associação escolhida, ou ainda locado pela mesma.

9.3. No caso de imóvel cedido pela organização ou locado pela mesma com repasse de recursos por SMADS, além da documentação elencada no item 9.1, também deve ser complementada com a apresentação de:

- cópia do IPTU do exercício;
- cópia da Planta ou croqui do imóvel;
- declaração do proprietário informando o valor pretendido para a locação e anuidade para a finalidade de uso do imóvel, quando tratar-se de locação do imóvel.

10 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

10.1. O convênio a ser firmado com a organização/entidade/associação escolhida terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, independentemente da fonte dos recursos;

11 – REPASSE MENSAL

11.1. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social repassará mensalmente recursos financeiros à organização/entidade/associação conveniada de acordo

com o custo estabelecido no subitem 1.1.9 deste edital e em conformidade com o Demonstrativo de Custeio do Serviço Conveniado aprovado;

11.2. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social repassará mensalmente a organização/entidade/associação conveniada o valor estimado a partir do valor financiado pelo órgão estadual/federal e a contrapartida municipal;

11.3. Quando o pagamento mensal estiver, integral ou parcialmente, vinculado a recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS ou do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, a liberação da parcela vinculada, por SMADS à conveniada, fica condicionada ao depósito correspondente no respectivo Fundo;

11.4. O valor do repasse mensal poderá ser alterado, por meio de ato específico desta Pasta;

11.5. Caso venha ocorrer alteração no valor do repasse conforme item anterior durante o processo de conveniamento proposto por este edital, o mesmo será reajustado em conformidade com o novo valor previsto;

11.5. O reembolso do convênio será liberado mediante a apresentação dos documentos conforme definidos na Portaria 46/SMADS/2010 e suas alterações;

11.6. A utilização dos recursos repassados deverá ocorrer em conformidade com as normas estabelecidas na Portaria 46/2010/SMADS, Portaria 47/2010/SMADS e suas alterações, Portaria 26/SMADS/2015 e Portaria 27/SMADS/2015 e suas alterações.

12 - DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE CONVÊNIO

12.1. O termo de convênio será previamente submetido à homologação do Titular da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, antes de sua assinatura.

12.2. O termo de convênio será assinado pelas partes após a publicação do despacho homologatório do Titular da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no Diário Oficial da Cidade.

13 – LEGISLAÇÕES, PORTARIAS E DECRETOS PERTINENTES AO EDITAL

Lei nº 8.742 de 07/11/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Lei Municipal nº 15.089 publicada no DOC de 29 de dezembro de 2009, parágrafo 2º do artigo 14 e Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, que trata da vedação da contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau para execução dos serviços públicos, a qual se aplica às entidades conveniadas com a PMSP.

Decreto nº 53.177 de 04/06/2012 que define critérios e procedimentos a serem observados uniformemente pelos órgãos da Administração Pública em virtude da vedação de admissão e nomeação para cargo, emprego ou função pública de pessoas que incidam nas hipóteses de inelegibilidade previstas na legislação federal, bem como da necessidade de comprovação, pelas entidades sem fins lucrativos que mantiverem contratos ou receberem verbas do município de que seus diretores não incidem nas hipóteses de inelegibilidades conforme estabelecido na Emenda nº 35 à Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Decreto nº 53.029, de 16 de março de 2012 - Introduz alterações nos artigos 2º, 4º e 5º do Decreto nº 50.365, de 30 de dezembro de 2008, bem como cria os equipamentos sociais que especifica e estabelece as atribuições das unidades da Coordenadoria Geral de Assistência Social - COGEAS, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Decreto nº 54.073, de 4 de julho de 2013 - Dispõe sobre a supressão e a vinculação de unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

Portaria nº 31/2003/SAS/GABINETE - Detalha os procedimentos estabelecidos no Decreto Municipal nº 43.698/03, as regras para a realização das audiências públicas e participação das organizações/entidades/associações interessadas, e para a formalização de convênios, publicada no Diário Oficial do Município, em 06 de setembro de 2003.

Portaria 19/SMADS/2007 – Altera o 11.1 do artigo 2º da Portaria 31/2003/SAS/Gabinete.

Portaria 07/SMADS/2010 - Procedimentos para instalação de serviço da rede socioassistencial SMADS/COGEAS - Fluxo detalhado de procedimentos e seus anexos: I. “Modelo de memorando para autuação de processo”, II. ”Instrumental para subsidiar a análise de instalação de serviço a ser conveniado com a SMADS mediante publicação de edital”, III. “Orientação de Cadastro para consulta de Editais publicados no Diário Oficial da Cidade”, IV. “Fluxograma” e V. “Modelo de Extrato”.

Portaria 46/SMADS/2010 – Dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios.

Portaria 47/SMADS/2010 – Dispõe sobre referência de custos dos serviços da rede socioassistencial operada por meio de convênios.

Portaria 12/SMADS/2014 publicada em DOC de 15 de abril de 2014 – Disciplina sobre locações de imóveis no Município de São Paulo necessários para prestação dos serviços socioassistenciais.

Portaria 26/SMADS/2015 publicada em DOC de 22 de setembro de 2015 – Dispõe sobre a majoração dos valores que servem de referência para a composição do valor do repasse mensal nos termos de convênio formalizados com organizações sociais.

Portaria 27/SMADS/2015 publicada em DOC de 01 de outubro de 2015 e suas alterações – Dispõe sobre a normatização de procedimentos exigidos pela Portaria 26/SMADS/2015 de 22/09/2015.

Portaria 30/SMADS/2015 publicada em DOC de 30 de outubro de 2015 – Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos à anualidade e à flexibilidade dos recursos repassados pela SMADS para operacionalização dos convênios firmados com as organizações da sociedade civil.

Portaria 36/SMADS/2015 publicada em DOC de 30 de outubro de 2015 – Retificam os Anexos I e III da Portaria 27/SMADS/2015.

Portaria 50/SMADS/2015 publicada em DOC de 19 de dezembro de 2015 – Altera a Portaria 30/SMADS/2015 que prorroga o prazo de que trata a Portaria 27/SMADS/2015 e da outras providências.

Portaria 06/SMADS/2016 publicada em DOC de 30 de março de 2016 – Regulamenta a utilização da verba de implantação de que trata o artigo 24, § 1º do Decreto nº 43.698/03.

Portaria 10/SMADS/2016 publicada em DOC de 06 de abril de 2016 – Dispõe sobre a alteração na forma de pagamento dos recursos para os convênios e, por conseguinte na forma de prestação de contas mensais.

Portaria 11/SMADS/2016 publicada em DOC de 13 de abril de 2016 – Altera a redação da Portaria nº 10, de 5 de abril de 2016.

Ordem Interna 1/2012 – PGM - Institui a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas em todas as licitações cujo objeto seja prestação de serviços ou execução de obra pública, independente da modalidade de licitação, inclusive no pregão

Resolução CNAS 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais do SUAS.

14 – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

De acordo com o Anexo V deste edital.

15 – ATRIBUIÇÕES

15.1 – Da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS

- realizar processo de conveniamento, segundo diretrizes da Política de assistência social da cidade de São Paulo;
- criar indicadores de qualidade dos resultados, democratização da gestão e aprimoramento metodológico;

- acompanhar ou participar do processo continuado de sensibilização e capacitação da rede de serviços de proteção social, organizações de promoção e defesa de direitos e sociedade civil em geral;
- definir o direito de propriedade dos bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento de convênio;
- consignar no plano plurianual ou em previa lei que os autorizem recursos para atender exercícios futuros;
- fornecer trailer para execução do serviço;
- prorrogar “de ofício” a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- estabelecer a classificação orçamentária da despesa, mencionando se o número e data da Nota de Empenho ou Nota de Movimentação de Crédito e declaração de que, em termos aditivos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro;
- estabelecer a previsão da extinção obrigatória do instrumento em caso de o Projeto Básico não ter sido aprovado ou apresentado no prazo estabelecido, quando for o caso;
- estabelecer a previsão de, na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, que o quantitativo possa ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

15.2 – Da Supervisão de Assistência Social – SAS

- participar da seleção dos profissionais que atuarão no objeto deste edital;
- participar de capacitações continuadas, tanto as oferecidas pela SMADS, como as viabilizadas pela rede local;
- monitorar, avaliar a prestação dos serviços do serviço objeto deste edital;
- realizar a supervisão da prestação de contas e do serviço conveniado;
- elaborar Plano de Supervisão Técnica para acompanhamento, monitoramento e avaliação do serviço;
- fortalecer a integração com a rede de serviços de Proteção Social Básica e Especial;
- acompanhar e monitorar a evolução das demandas encaminhadas.

15.3 - Das Organizações/ Entidades/ Associações Conveniadas

- cumprir os prazos estabelecidos para prestação de contas;
- ser responsável pela qualidade dos serviços prestados;
- manter e movimentar recursos em conta bancária específica do convênio;
- disponibilizar o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como aos órgãos de controle, ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados na legislação vigente, aos locais de execução do objeto e aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas na forma do artigo 56 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011;
- na eventualidade de a organização contratada vir a contratar terceiros para execução de algum serviço, a mesma deverá inserir cláusula nos contratos que permitam o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, na forma do artigo 56 da Portaria nº 507/2011;

- participar de treinamento para manuseio e transporte do trailer disponibilizado, conforme normas estabelecidas pelo fornecedor destes móveis, bem como para manuseio dos equipamentos e mobiliários instalados no mesmo;
- realizar diagnóstico, mapeando os serviços conveniados ou não, localizando a rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos, de forma a propiciar a universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias;
- elaborar Plano de Ação seguindo as diretrizes do PLASsp;
- realizar capacitação continuada aos profissionais do serviço
- participar da capacitação continuada tanto as oferecidas pela SMADS, como as viabilizadas pela rede local;
- possuir tecnologia para operar o banco de dados informatizado das famílias alvo do Programa, com acesso à Internet, pelo menos um computador com a seguinte configuração mínima: 1GB de memória, processador 3.0 GHZ, superior ou equivalente, com Internet Explorer 6.0 ou superior, e Windows XP ou versão mais atualizada do Windows e impressora;
- possibilitar que a SAS acompanhe a seleção dos profissionais do serviço, de acordo com as atribuições exigidas para cada função apresentadas na Portaria nº 46/2010/SMADS e suas alterações;
- realizar as ações previstas no plano de trabalho, respeitando as diretrizes e eixos dos serviços;
- manter nas ruas os orientadores socioeducativos, nos dias e horários estabelecidos na proposta de trabalho nos serviços cuja especificidade requer;
- alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços informatizados ou manuais, adotados pela SMADS, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo, ressaltando o Sistema de Atendimento, denominado SIS-ATENDIMENTO para os serviços cujas especificidades requererem;
- participar da sistematização, monitoramento das atividades desenvolvidas e do processo de avaliação;
- disponibilizar o conhecimento gerado entre as demais organizações conveniadas para o serviço, bem como entre as Coordenadorias de Assistência Social e SMADS por meio de encontros e seminários, relatórios e boletins informativos;
- cadastrar, quando necessário, usuários/famílias no BDC ou outro instrumental definido pela SMADS, conforme especificações estabelecidas pela Portaria nº 004/SMADS/SMSP/SMG de 19/09/2005;
- publicizar a parceria com material fornecido pela SMADS e pela Organização e garantir a presença dos logos da PMSP, da SMADS, e quando for o caso, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD e Governo Federal, nos materiais elaborados pela organização, tais como, *folders*, *banners*, convites, outros meios impressos e demais mídias, mediante aprovação da SMADS;
- locar e administrar veículos com as seguintes características:
 - 1 (um) veículos com motorista devidamente habilitado, com capacidade de transporte de 9 (nove) pessoas e seus pertences, com até 5 (cinco) anos de fabricação, incluindo ainda custo de combustível, seguros e manutenção;
 - 1 (um) veículos com motorista devidamente habilitado, com capacidade de transporte de 5 (cinco) pessoas e seus pertences, com até 5 (cinco) anos de fabricação, tipo caminhonete com tração e equipamento para reboque de trailer, incluindo ainda custo combustível, seguros e manutenção;

<p>ANEXO I MODELO REFERENCIAL DE CREDENCIAMENTO</p>

Pelo presente instrumento, a organização _____, com sede na _____, por seu representante legal infra-assinado, credencia o Sr.(Sra.) _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pela SSP/____, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na Audiência Pública referente ao Edital nº ____/SMADS/2016, podendo oferecer informações e complementações que se fizerem necessárias.

São Paulo, ____ de _____ de 2016.

Nome completo, função e assinatura

OBSERVAÇÕES

1. O credenciamento deverá estar acompanhado da ata de eleição da diretoria em vigência para comprovar que o seu subscritor tem poderes para outorgar o credenciamento.
2. Quando o credenciamento for conferido por procurador da entidade/organização, deverá ser ainda apresentada cópia autenticada do documento procuração, do qual deverá constar expressamente a possibilidade de substabelecimento.

ANEXO II MINUTA DO TERMO DE CONVÊNIO

INSTRUMENTO DE GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

TIPO DE SERVIÇO: SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL ÀS PESSOAS NA RUA-SEAS. MODALIDADE: SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL ÀS PESSOAS NA RUA E EM SITUAÇÃO DE RUA QUE FAZEM USO DAS RUAS PARA O CONSUMO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM CENAS DE USO-SEAS MODALIDADE 4. CAPACIDADE: 100 ATENDIMENTOS/MÊS ORGANIZAÇÃO MANTENEDORA: NOME DO SERVIÇO (nome fantasia): TIPO DE IMÓVEL: TRAILER DISPONIBILIZADO PELA SMADS PARA ATUAR NA AREA DE ABRANGÊNCIAS SAS-LA SUBPREFEITURA DA LAPA ENDEREÇO DO SERVIÇO: _____ CEP: _____ DISTRITO: TODOS OS DISTRITOS DA SP-LAPA SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DA SAS: LAPA REPASSE MENSAL FASE 1 R\$ 42.327,37 para Organização com isenção da cota patronal do INSS, e R\$ 46.378,79 para Organização sem isenção da cota patronal do INSS. REPASSE MENSAL FASE 2 R\$ 50.811,68 para Organização com isenção da cota patronal do INSS, e R\$ 56.576,97 para Organização sem isenção da cota patronal do INSS VERBA DE IMPLANTAÇÃO: R\$ 5.000,00 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: FONTE MUNICIPAL: R\$ _____ FONTE ESTADUAL: R\$ _____ FONTE FEDERAL: R\$ _____ VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: DE ____/____/____ a ____/____/____

A Prefeitura da Cidade de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), com sede na cidade de São Paulo, Rua Líbero Badaró, 569 – Centro, inscrita no CNPJ sob o n° 60.269.453/0001-40, doravante designada simplesmente SMADS, neste ato representada pelo(a) Sr(a) CLEIDE LEONEL A.MENDES, Supervisor (a) de Assistência Social da SAS LAPA, e a organização sem fins econômicos _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, titular da certificação em SMADS sob o registro n° _____, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social sob registro n.º _____, com sede na _____, distrito: _____, Subprefeitura: _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) presidente, Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG n° _____ e do Registro no CPF-MF n° _____, doravante designada simplesmente CONVENIADA, resolvem conjugar esforços e recursos mediante a celebração do presente CONVÊNIO, cujas cláusulas seguem abaixo:

I - DO OBJETIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui objetivo da celebração do presente convênio a conjugação de esforços e recursos, para assegurar direitos socioassistenciais para a população que deles necessitar, tendo em vista o contínuo desenvolvimento e aprimoramento das atenções oferecidas nos serviços que compõem, em rede, o Sistema Único de Assistência Social de âmbito nacional - SUAS e a política de assistência social na cidade de São Paulo, no âmbito da rede de segurança social, mantendo um sistema de vigilância, monitoramento e avaliação, que assegure padrão de qualidade no atendimento e garantia do caráter público na ação, bem como informação aos usuários de seus direitos, permitindo a troca de experiências para uma gestão descentralizada e participativa com o compromisso de buscar alternativas para reversão do processo de reprodução da desigualdade social na cidade de São Paulo.

II – DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente convênio destina-se à prestação do serviço denominado de _____, de acordo com os padrões das ofertas que o compõem, estabelecidos no Edital de Chamamento n° ____/_____, publicado no DOC em ____/____/____ e nas demais normas técnicas oriundas de SMADS, e em conformidade com a proposta de trabalho escolhida acrescida dos elementos constantes do parecer do Supervisor de Assistência Social da SAS, com área de abrangência no(s) distrito(s) _____, da Subprefeitura de _____.

Parágrafo Primeiro: Para prestar o objeto indicado no *caput* desta cláusula, são oferecidas ____ VAGAS.

Parágrafo Segundo: O objeto do presente convênio será prestado de acordo com as especificações constantes na Tipificação da Rede Socioassistencial do Município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênio, conforme Portarias 46/SMADS/2010 e suas alterações; Portaria 47/SMADS/2010; Portaria 26/SMADS/2015; Portaria 27/SMADS/2015, Portaria 10/SMADS/2016, Portaria 06/SMADS/2016, quando for o caso e portaria 21/SMADS/GAB/2012 e descrita no Anexo V do edital. (encartar o Anexo V do edital na íntegra)

III - DAS OBRIGAÇÕES DE SMADS

CLÁUSULA TERCEIRA – São obrigações da SMADS, diretamente ou por meio das Supervisões de Assistência Social – SAS em consonância com o art. 20 do Decreto Municipal n.º 43.698, de 02 de setembro de 2003:

1. supervisionar a execução do serviço realizado em parceria, em primeira instância de forma descentralizada por intermédio das Supervisões de Assistência Social – SAS e, em segunda instância, pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, órgão executor da política municipal de assistência social, à luz da proposta de trabalho apresentada pela CONVENIADA e acrescida dos elementos constantes do parecer do(a) Supervisor(a) de Assistência Social, e nos termos da legislação em vigor;
2. manter acompanhamento dos relatórios de visitas do técnico supervisor responsável, obedecidas as normas técnico-operacionais, assegurando seu acesso aos órgãos técnicos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social;
3. indicar padrões básicos para o desenvolvimento das atividades objeto do convênio, assim como a necessidade de treinamento e reciclagem de pessoal;
4. disponibilizar mensalmente os recursos financeiros para realização do repasse mensal à CONVENIADA, conforme portaria específica para pagamento e prestação de contas de SMADS ;
5. examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à CONVENIADA, fiscalizando o adequado uso da verba e o cumprimento das cláusulas do convênio;
6. realizar o pagamento das despesas de aluguel e impostos inerentes ao imóvel destinado ao referido serviço, quando for o caso, e arcar com as reformas estruturais, de hidráulica e de elétrica das instalações físicas, quando se tratar de serviço instalado em próprio municipal;
7. fornecer placa de identificação oficial, a ser colocada no local da prestação do serviço, informando sobre a presente ação conveniada;
8. manter relação de referência/contra-referência entre o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e as vagas do serviço, conveniado;
9. garantir a qualificação dos recursos humanos que operam os serviços, programas ou projetos em parceria;
10. oferecer apoio técnico e operacional para garantir a qualidade das atenções de assistência social;
11. assegurar a elaboração de modelo padrão de termo de compromisso e responsabilidade tripartite, a ser firmado entre o usuário, a CONVENIADA e SMADS, de acordo com o disposto na alínea “b” do inciso II do artigo 22 do Decreto Municipal n.º 43.698/03, e receber e apreciar eventual manifestação dos usuários em defesa de seus direitos;
12. manutenção de bancos de dados como parte do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

CLÁUSULA QUARTA – São atribuições da Supervisão de Assistência Social (SAS)

1. participar da seleção dos profissionais que atuarão no objeto deste convênio;
2. participar de capacitações continuadas, tanto as oferecidas pela SMADS, como as viabilizadas pela rede local;
3. monitorar, avaliar a prestação dos serviços do serviço objeto deste convênio;
4. realizar a supervisão da prestação de contas e do serviço conveniado;
5. elaborar Plano de Supervisão Técnica para acompanhamento, monitoramento e avaliação do serviço.

IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

CLÁUSULA QUINTA - São obrigações da CONVENIADA, em consonância com o art. 22 do Decreto Municipal n.º 43.698, de 02 de setembro de 2003:

1. executar o serviço, assistencial discriminado na cláusula segunda, a quem deles necessitar, na conformidade da proposta de trabalho selecionada;
2. garantir padrão de qualidade das ações e promover a implantação das sugestões de alteração ou de complementação das ações, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pela SMADS, e com as propostas apresentadas pelos usuários e pela comunidade;
3. proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelo serviço assistencial, sem discriminação de qualquer natureza, zelando pela segurança e integridade física dos usuários;
4. prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação, relativamente ao objeto do presente convênio, solicitado pelas Supervisões de Assistência Social, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, membros da Câmara Municipal, Conselho Municipal de Assistência Social e demais órgãos públicos competentes, assegurando as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados deste convênio;
5. aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pela SMADS na prestação das ações objeto deste convênio, conforme estabelecido na cláusula segunda;
6. Adotar os procedimentos estabelecidos em portaria específica para prestação de contas de SMADS, mantendo, por cinco anos, sob custódia, a documentação comprobatória.
7. manter a contabilidade, os procedimentos contábeis dos recursos recebidos de SMADS e os registros estatísticos de atendimento de forma que permitam a comprovação da regularidade da aplicação dos recursos públicos;
8. manter recursos humanos, materiais e instalações adequados e compatíveis com o atendimento das ações assistenciais, com vistas ao alcance dos objetivos deste convênio;
9. contratar e manter, por sua conta, pessoal qualificado e necessário ao desenvolvimento do serviço, conforme as orientações técnicas de SMADS, comprometendo-se a cumprir a legislação vigente;
10. realizar capacitação continuada junto aos profissionais da CONVENIADA a fim de assegurar a execução do plano de trabalho aprovado em audiência pública, avaliação sistemática para a prestação do serviço com qualidade dentro da política de assistência social;
11. alimentar os sistemas de controle de dados dos serviços, informatizados ou manuais, adotados pela SMADS, bem como os decorrentes das normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo;
12. a CONVENIADA deverá fornecer, mensalmente, relação contendo informações individualizadas das pessoas atendidas durante o mês, na forma que vier a ser estabelecida por SMADS,
13. manter placa de identificação afixada no imóvel onde funciona o serviço conveniado, de acordo com especificações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
14. Mencionar, em toda publicação, material promocional e de divulgação de suas atividades e eventos, que a atividade é mantida em convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo; (inserir o texto “com o Governo do Estado e/ou com a União” quando o repasse mensal for composto por recursos dessas esferas);
15. manter a identidade do trabalhador social mediante crachá contendo nome completo, cargo, função e logomarca da organização e da Prefeitura;
16. manter avaliação da qualidade das atenções prestadas, conjuntamente com os usuários, conforme estabelece o artigo 11, inciso III da Lei Municipal n.º 13.153, de 22 de junho de 2001;

17. manter, durante o prazo de vigência deste convênio, a regularidade das obrigações perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
18. comunicar à Supervisão de Assistência Social toda e qualquer alteração ocorrida em seus estatutos sociais, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros;
19. manter atualizado diariamente o Banco de Dados dos Usuários e de suas Famílias, de acordo com as normas expedidas pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como deverá alimentar os sistemas de controles de dados dos serviços — *on line*, informatizados ou manuais — adotados por SMADS;
20. se atentar às vedações previstas na Lei Municipal nº 15.089, publicada no DOC de 29/12/2009, parágrafo 2º do artigo 14 e Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, que trata da vedação da contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau para execução dos serviços públicos, a qual se aplica às entidades conveniadas com a PMSP.

CLÁUSULA SEXTA – São atribuições da CONVENIADA:

1. realizar diagnóstico, mapeando os serviços conveniados ou não, localizando a rede de serviços a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos, de forma a propiciar a universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias;
2. elaborar Plano de Ação seguindo as diretrizes do PLAS/SP em vigor;
3. participar da capacitação continuada tanto as oferecidas pela SMADS, como as viabilizadas pela rede local;
4. possuir tecnologia para operar o banco de dados informatizado das famílias alvo do Programa, com acesso à Internet, pelo menos um computador com a seguinte configuração mínima: 256 MB de memória, processador 1.8 GHZ, superior ou equivalente, com Internet Explorer 6.0 ou superior, e Windows XP ou versão mais atualizada do Windows e impressora;
5. possibilitar que a SAS acompanhe a seleção dos profissionais do serviço, de acordo com as atribuições exigidas para cada função apresentadas na Portaria 46/2010/SMADS;
6. realizar as ações previstas no plano de trabalho, respeitando as diretrizes e eixos dos serviços;
7. responsabilizar-se pela manutenção, reforma e ampliação do espaço físico; (quando tratar de imóvel cedido pela organização – próprio ou alugado)
8. zelar pelo imóvel municipal ou locado pela Municipalidade e responsabilizar-se por sua manutenção; (quando tratar de imóvel próprio municipal, locado com repasse, locado por SMADS)
9. zelar pelos bens móveis municipais, ficando como gerenciadora e, na pessoa de seu representante legal, como fiel depositária dos mesmos, responsabilizando-se pela necessária manutenção, pequenos reparos e reposição dos mesmos ressalvados o desgaste pelo tempo de uso, devendo, ainda, mantê-los em adequadas condições de uso e perfeito funcionamento e restituindo-os, por fim, nas mesmas condições de sua entrega, uma vez findado ou rescindido o convênio, quando ocorrer fornecimento de bens móveis pela SMADS.
10. participar da sistematização, monitoramento das atividades desenvolvidas e do processo de avaliação;
11. disponibilizar o conhecimento gerado entre as demais organizações conveniadas para o serviço, bem como entre as Coordenadorias de Assistência Social e SMADS por meio de encontros e seminários, relatórios e boletins informativos;
12. cadastrar, quando necessário, as famílias no BDC ou outro instrumental definido pela SMADS, conforme especificações estabelecidas pela Portaria nº 004/SMADS/SMSP/SMG de 19/09/2005;
13. publicizar a parceria com material fornecido pela SMADS e pela Organização e garantir a presença dos logos da PMSP e da SMADS nos materiais elaborados pela organização, tais como, folders, banners, convites, outros meios impressos e demais mídias.

Parágrafo Único - A relação dos bens municipais de que trata o “item 08”, devidamente caracterizados e identificados por meio do Inventário Analítico de Bens Móveis Municipais, é parte integrante do presente termo, independente de transcrição.

V – DO CUSTEIO

CLÁUSULA SÉTIMA – O custeio do objeto deste convênio será composto pelos valores referentes a:

1. Verba de Implantação;
2. O repasse mensal;
3. As despesas pagas por SMADS diretamente; (manter o item somente quando SMADS celebra diretamente o contrato de locação para desenvolvimento do serviço ou quando SMADS paga diretamente concessionárias de serviços públicos e taxas.

Parágrafo Único: A estimativa da composição do custeio mensal do objeto deste convênio está discriminada no “Demonstrativo do Custeio do Serviço Conveniado”, parte integrante deste termo como ANEXO ÚNICO.

CLÁUSULA OITAVA - Para a implantação do objeto deste convênio, conforme demonstração constante da proposta de trabalho aprovada, a CONVENIADA receberá, uma única vez, o valor de R\$ 5.000,00 (POR EXTENSO) como verba de implantação.

Parágrafo Primeiro - O valor estipulado no *caput* desta cláusula será repassado pela SMADS, mediante crédito em conta corrente da CONVENIADA, especificamente aberta para a execução deste convênio, após a assinatura do termo de convênio.

Parágrafo Segundo – Para recebimento da verba da implantação e início dos serviços, a organização conveniada deverá solicitá-la, por meio de requerimento específico, após a formalização do Termo de Convênio, à Supervisão de Assistência Social – SAS, detalhando a forma de utilização do recurso conforme disposto no Art. 7º da Portaria 006/SMADS/2016

Parágrafo Terceiro - A utilização do recurso referentes à verba de implantação e a sua prestação de contas deverá ser realizada em até 65 (sessenta e cinco) dias após o efetivo recebimento dos recursos pela organização conveniada e será formalizada nos mesmos autos do processo de prestação de contas da verba mensal do convênio, por meio do “Demonstrativo de Gerenciamento dos Recursos Financeiros – Verba de Implantação”, cujo modelo integra o Anexo Único da Portaria 006/SMADS/2016. Eventual saldo não utilizado ou não aprovado na prestação de contas deverá ser devolvido à Municipalidade no prazo improrrogável de 30 dias.

CLÁUSULA NONA - A SMADS repassará mensalmente à CONVENIADA o valor de R\$ _____, relativo à execução do serviço objeto deste convênio, sendo composto por:

1. Verbas disponibilizadas por SMADS dentro do seu próprio orçamento.
2. Verbas decorrentes de repasse feito pelo Governo do Estado à SMADS, que serão disponibilizadas após o depósito no FMAS do valor correspondente em conta específica. (manter este item somente quando o repasse mensal for composto por recursos de fonte estadual)
3. Verbas decorrentes de repasse feito pela UNIÃO à SMADS, que serão disponibilizadas após o depósito no FMAS do valor correspondente em conta específica. (manter este item somente quando o repasse mensal for composto por recursos de fonte federal)

Parágrafo Primeiro - O valor estipulado no *caput* desta cláusula será repassado pela SMADS mensalmente, mediante crédito em conta corrente da CONVENIADA aberta para a execução

do convênio, relativo à execução do serviço objeto deste convênio, até o 5º dia útil de cada mês da execução, exceto para os serviços com cofinanciamento de esfera federal ou estadual, cujo pagamento ocorrerá até o 8º dia útil de cada mês da execução, vinculado ao depósito dos respectivos recursos no Fundo Municipal de Assistência Social. Excepcionalmente, no mês de janeiro de cada exercício, o pagamento será efetuado assim que ocorrer a abertura do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF e houver a liberação das cotas financeiras por parte da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo Segundo – No caso de existir verba disponibilizada para a contrapartida municipal, a liberação dos recursos correspondentes poderá ser efetuada independente do pagamento dos recursos de outras esferas.

Parágrafo Terceiro - O valor estipulado no *caput* poderá ser reduzido no montante correspondente ao custeio com a prestação do serviço, mantida a remuneração dos recursos humanos e demais custos fixos, no caso de reforma inadiável do imóvel, com o consentimento da SMADS, pelo período correspondente à interrupção do atendimento.

Parágrafo Quarto – Caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares pela CONVENIADA a pedido de SMADS, o pagamento ficará suspenso até o saneamento das impropriedades.

VI - DOS PROCEDIMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA DÉCIMA - A prestação de contas mensal se dará em dois momentos, de forma protocolar, em envelope contendo os documentos mencionados a seguir, junto à Supervisão de Assistência Social / Unidade de Prestação de Contas (SAS/ UPC), denominadas respectivamente como prestação de contas parcial e complementar.

Parágrafo Primeiro – Entende-se por prestação de contas parcial a apresentação dos comprovantes das despesas realizadas na primeira quinzena de cada mês e complementar a apresentação dos comprovantes das despesas realizadas na segunda quinzena e demais documentos que compõem o processo de prestação de contas.

Parágrafo Segundo - As despesas realizadas em uma quinzena só podem ser apresentadas na respectiva quinzena, não podendo ser reconhecidas na prestação de contas seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Para a prestação de contas parcial, no dia 16 de cada mês ou primeiro dia útil subsequente quando cair em sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo a organização deverá protocolar prestação de contas parcial com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Requerimento assinado pelo Presidente, ou representante legal encaminhando a prestação de contas parcial;
- b) Descrição Mensal de Despesas (DESP) referente às despesas realizadas na primeira quinzena do mês em curso com os respectivos comprovantes (original e cópia);

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Para a prestação de contas complementar, Até o 5º dia útil de cada mês a organização deverá Protocolar prestação de contas complementar, apresentar os seguintes documentos:

- a) Requerimento assinado pelo Presidente, ou representante legal encaminhando a prestação de contas complementar;
- b) Nota fiscal da organização da prestação de serviços;
- c) Declaração Mensal de Execução dos Serviços (DEMES) referente ao mês anterior;
- d) Descrição Mensal de Despesas (DESP) referente às despesas realizadas na segunda quinzena do mês anterior com os respectivos comprovantes (original e cópia);
- e) Declaração Mensal de Despesas – Recursos Humanos (DESP-RH) referente ao mês anterior com os respectivos comprovantes (original e cópia);
- f) Declaração de Movimentação Financeira Mensal (DEMOFIM) referente ao mês anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– O protocolo deverá ser feito junto à Unidade de Prestação de Contas (UPC) da Supervisão de Assistência Social (SAS) que autenticará e reterá as cópias dos comprovantes de despesas e devolverá as vias originais à conveniada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Caberá a Supervisão de Assistência Social (SAS) mensalmente:

- a) Receber as prestações de contas parcial e complementar nas datas estabelecidas no artigo 4º desta Portaria;
- b) Efetuar as conferências no âmbito das respectivas competências do Técnico Supervisor do Serviço e da Unidade de Prestação de Contas já estabelecidas em legislações anteriores;
- c) Estabelecer cronograma mensal de atendimento às organizações conveniadas sobre a prestação de contas apresentada, caso julgue necessário;
- d) Encaminhar Planilha de Liquidação (PL) para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social / Assessoria Técnica Financeira / Supervisão Técnica de Contabilidade (SMADS/ATF/STC) dos serviços cujas organizações efetuarem prestação de contas parciais na data estabelecida no artigo 4º desta Portaria;
- e) Deliberar sobre a prestação de contas até o último dia do mês de recebimento da prestação de contas complementar e inscrever eventuais valores glosados na Declaração de Movimentação Financeira Mensal (DEMOFIM) do mês subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA–Caberá a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social / Assessoria Técnica Financeira / Supervisão Técnica de Contabilidade (SMADS/ATF/STC):

- a) Receber as Planilhas de Liquidação (PL) na data estabelecida no artigo 4º desta Portaria;
- b) Adotar as medidas necessárias para pagamento dos convênios até as datas estabelecidas no artigo 4º da Portaria 09/SMADS/2014, de 24 de março de 2014.

c) No dia 20 de cada mês, a SAS/UPC encaminhará a Planilha de Liquidação (PL) para SMADS/ATF/STC e a partir do dia 21 de cada mês a SMADS/ATF/STC adotará as medidas necessárias para liquidação e pagamento do convênio, que se dará até o 5º dia útil de cada mês (fonte municipal) e até o 8º dia útil de cada mês (fontes estadual e/ou federal), sendo que a CONVENIADA terá o recebimento do valor mensal do convênio até o último dia útil do mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Caberá à SAS / UPC / TÉCNICO SUPERVISOR DO SERVIÇO analisar e deliberar sobre a prestação de contas do mês anterior, bem como inscrever valor glosado, quando houver, na Declaração de Movimentação Financeira Mensal (DEMOFIM) do mês subsequente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O período concernente à utilização de recursos financeiros para pagamento das ações conveniadas será de um ano, dentro do qual se o valor do repasse mensal do convênio não for gasto integralmente no mês correspondente, o saldo por elemento de despesa poderá, a CONVENIADA, flexibilizá-lo para outro elemento, desde que observado os limites estabelecidos na legislação vigente ou remanejá-los para o mês subsequente no mesmo elemento de despesa.

1 – a utilização da anualidade dos recursos financeiros pela organização parceira tem como referências o mês de julho de um ano para início do período e junho do seguinte para final do período.

2 – a organização parceira adequará sua prestação de contas final para que corresponda ao mês final da anualidade, independente da data de início de vigência do serviço sob gestão conveniada.

3 – Mensalmente a conveniada deverá apresentar a movimentação financeira através da DEMOFIM e anualmente o ajuste final através da DEGREF ANUAL.

4 – Havendo saldo positivo na DEGREF ANUAL o mesmo será descontado no repasse do mês de agosto da anualidade seguinte. Ocorrendo saldo negativo, o mesmo será considerado contrapartida da ORGANIZAÇÃO.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese dos gastos excederem ao valor do repasse mensal do convênio, a CONVENIADA poderá receber a diferença no mês seguinte, desde que haja saldo não utilizado remanescente no trimestre, vedada a compensação de quantias gastas a maior e o menor findado cada trimestre.

Parágrafo Segundo – Os saldos remanescentes de valores repassados pela SMADS e não gastos pela CONVENIADA deverão ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de instituição oficial, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos inferiores a um mês, nos termos do parágrafo 4º, do art. 116, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo as receitas auferidas desses investimentos ser aplicadas exclusivamente no objeto deste convênio, constando de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, nos termos do parágrafo 5º, do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo Terceiro – Em qualquer hipótese, findo o presente convênio, os saldos de recursos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à SMADS, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, nos termos do parágrafo 6º, do art. 116, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– Para o recebimento do repasse mensal a CONVENIADA deverá entregar:

1. MENSALMENTE:

Requerimento assinado pelo representante legal da organização solicitando pagamento pelo serviço prestado enquanto for regime de reembolso;

- Requerimento assinado pelo representante legal da organização encaminhando prestação de contas do serviço prestado quando for regime de repasse;
- Declaração Mensal de Execução dos Serviços Socioassistenciais-DEMES
- Declaração Mensal de Despesas-DESP

- Declaração de movimentação Financeira Mensal-DEMOFIM
 - Comprovante das despesas realizadas
 - Certidões
2. SEMESTRALMENTE:
- Grade de Atividades Semestral-GRAS
3. ANUALMENTE
- Declaração de Férias Coletivas (para os serviços com esta possibilidade)
 - Declaração de Gerenciamento dos Recursos Financeiros-DEGREF ANUAL
4. Deverá ser apresentada semestralmente, pela organização conveniada, até o dia 15 de dezembro correspondente às atividades para o primeiro semestre do ano subseqüente e 15 de junho para as atividades do segundo semestre a Grade de Atividades Semestral - GRAS que deverá conter o planejamento das atividades baseadas nas ofertas socioassistenciais, a previsão de horas técnicas e oficinas e Deverá ser ratificada pelo técnico supervisor.

VII - DO GERENCIAMENTO, DO CONTROLE E DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

1.1.1.1.1.1.1.1.1 CLAUSULA DÉCIMA NONA - O controle e a avaliação da execução do presente convênio ficarão a cargo da SMADS, órgão responsável pela execução da política de assistência social no município de São Paulo.

1.1.1.1.1.1.1.1.2

1.1.1.1.1.1.1.1.3 Parágrafo Primeiro – Os Conselhos Municipais da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente poderão, de acordo com as suas atribuições legais, realizar a avaliação do objeto do presente convênio.

Parágrafo Segundo – O controle e a avaliação da execução do presente convênio tomarão como base o cumprimento dos padrões das ofertas que compõem o objeto deste Termo, o cumprimento das diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social – PLAS-SP, a garantia dos direitos dos usuários e a boa e fiel utilização dos recursos financeiros pagos pela SMADS à CONVENIADA.

VIII – DAS PENALIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O não cumprimento das cláusulas deste convênio, bem como a inexecução injustificada, total ou parcial, dos serviços, programas e projetos conveniados constituem irregularidades passíveis das seguintes penalidades, aplicadas cumulativamente e/ou progressivamente, obedecida a proporcionalidade:

1. Advertência formal;
2. Suspensão do repasse mensal;
3. Suspensão da Matrícula / Credenciamento;
4. Rescisão do Convênio;
5. Cancelamento da Matrícula / Credenciamento.

Parágrafo Primeiro - Constatada pela SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS a ocorrência de irregularidades, a CONVENIADA deverá ser por essa notificada, por meio de notificação formal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo - A CONVENIADA deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e proposta de correção para apreciação e decisão da SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS.

Parágrafo Terceiro - A liberação do pagamento será feita após a correção das irregularidades apontadas, ou da aceitação formal da proposta de correção, com prazos determinados.

Parágrafo Quarto - A cópia da notificação de ocorrências de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção integrarão o processo administrativo identificado no preâmbulo do presente Termo.

Parágrafo Quinto - Quando for aplicada penalidade, deve ser o ato publicizado no Diário Oficial da Cidade (DOC).

IX – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – O presente convênio terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, da data de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser prorrogado, mediante ato específico do Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo, por menor, igual ou maior período, desde que não exceda, no total, o prazo de 60 (sessenta) meses, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O convênio poderá ser aditado, por acordo entre os partícipes, nos casos de:

I - alteração do serviço executado;

II - acréscimo ou redução do número de atendidos, com a conseqüente alteração do valor do pagamento mensal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Fica convencionado que a SMADS poderá alterar, mediante ato específico do Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, o valor do pagamento mensal, desde que comprovada sua inadequação, por meio de estudos de custos, e desde que existam recursos orçamentários disponíveis, mediante a junção aos autos de cópia do provimento autorizatório.

X – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Este convênio poderá, a qualquer tempo e por iniciativa de qualquer dos partícipes, ser denunciado mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - O presente convênio poderá, ainda, ser rescindido, independentemente do prazo previsto na cláusula anterior, nos seguintes casos:

1. A qualquer tempo, por mútuo acordo, mediante a lavratura do Termo de Rescisão.
2. Unilateralmente, de pleno direito e a critério da SMADS, mediante denúncia e notificação formal:
 - 2.1. por irregularidades referentes à administração dos valores recebidos, bem como à execução do objeto ou cláusulas do convênio relativo ao desenvolvimento do serviço e ao cumprimento dos padrões estabelecidos nas normas gerais para celebração de convênio de SMADS, constatadas pela SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS;
 - 2.2. por descumprimento, pela CONVENIADA, de qualquer disposição prevista nas cláusulas deste convênio.

2.3. Em razão de denúncia ou RESCISÃO do convênio mantido com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social e/ou com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

XI – DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA– A execução do presente convênio onerará a dotação orçamentária n.º (código de classificação da despesa e indicação da unidade orçamentária responsável por sua execução), a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor total de R\$ (por extenso), e as dotações orçamentárias correspondentes que forem estabelecidas nos exercícios seguintes.

XII – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – Aplica-se ao presente convênio a Lei Municipal n.º 13.153/2001, o Decreto Municipal n.º 43.698/03, a Portaria n.º 31/2003/SAS/GABINETE e as demais normas e orientações oriundas da SMADS, e, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93.

I.1.1.1.1.2

I.1.1.1.1.3 CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA– Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste convênio.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de convênio em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, de de 2016.

CLEIDE LEONEL A. MENDES
Supervisor(a)

SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL - SAS LAPA

(nome do representante legal da
conveniada)
Presidente
R.G.:
C.P.F.:

TESTEMUNHAS:

1. (nome)
R.G. n.º:

2. (nome)
R.G. n.º:

ANEXO ÚNICO - Demonstrativo do Custeio do Serviço Conveniado

Extrato publicado no D.O.C. em / /2016

Nº	Elementos de Despesa	Despesa paga com o repasse mensal	Despesa paga por SMADS diretamente	Total	
1	Salários				
	Gerente de Serviço			R\$ -	
	Assistente Técnico			R\$ -	
	sub total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	Técnico			R\$ -	
	Gestor de Caso			R\$ -	
	Orientador Socioeducativo			R\$ -	
	Cuidador			R\$ -	
	Técnico Especializado Nível Superior			R\$ -	
	Técnico Especializado Nível Médio			R\$ -	
	sub total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	Cozinheiro			R\$ -	
	Agente Operacional			R\$ -	
	Assistente Administrativo			R\$ -	
	Auxiliar Administrativo			R\$ -	
	sub total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	TOTAL DE RECURSOS HUMANOS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
	2	ENCARGOS SOCIAIS			R\$ -
	3	FUNDO DE RESERVA			R\$ -
4	Alimentação			R\$ -	
5	Materiais para o trabalho socioeducativo e pedagógico			R\$ -	
6	CONCESSIONÁRIAS			R\$ -	
	6.1 Todas as concessionárias			R\$ -	
	6.2 Apenas Gás e Telefone			R\$ -	
7	ALUGUEL			R\$ -	
8	IPTU			R\$ -	
9	HORAS TÉCNICAS			R\$ -	
10	HORAS OFICINAS			R\$ -	
11	Atividades Externas de Natureza Socioeducativo e de Lazer			R\$ -	
12	Atividades Socioassistenciais de orientação, Encaminhamento e Apoio na Acolhida Individual ou Grupal			R\$ -	
13	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS			R\$ -	
14	TRANSPORTE E VESTUÁRIO			R\$ -	
15	LAVANDERIA			R\$ -	
16	HOSPEDAGEM EMERGENCIAL			R\$ -	
17	RECÂMBIO			R\$ -	
18	TOTAL DE OUTRAS DESPESAS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
18.1	Material de escritório e expediente			R\$ -	
18.2	Higiene e limpeza			R\$ -	
18.3	Reparo e manutenção do imóvel			R\$ -	
18.4	Transporte do usuário e do serviço			R\$ -	
18.5	Internet de banda larga			R\$ -	
18.6	Serviços de Contabilidade			R\$ -	
18.7	Outras			R\$ -	
	Total	R\$ -	R\$ -	R\$ -	

ANEXO III

Artigo 7º do Decreto nº 53.177, de 04 de junho de 2012

DECLARAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO DIRETOR:

NOME: _____
CARGO NA ENTIDADE: _____
ENTIDADE: _____
TELEFONE: _____

2. DECLARAÇÃO:

DECLARO ter conhecimento das vedações constantes do artigo 1º do Decreto nº 53.177, de 04 de junho de 2012 e nos termos do art. 7º do referido decreto declaro que:

() não incorro em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo 1º do Decreto nº 53.177/2012.

() incorro nas hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo 1º do Decreto nº 53.177/2012.

() tenho dúvidas se incorro ou não na(s) hipótese(s) de inelegibilidade prevista(s) no(s) inciso(s) ____ do referido artigo e, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação das hipóteses de inelegibilidade.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

São Paulo, _____/_____/_____

Assinatura do interessado

RG: _____

Verso do anexo

Art. 1º. A vedação estabelecida na Emenda nº 35 à Lei Orgânica do Município de São Paulo de nomeação, contratação, admissão, designação ou posse para cargos, empregos e funções públicas da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo de pessoas que incidam nas hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, compreende:

I - os que tenham perdido o mandato no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais por infringência ao disposto nos incisos I e II do artigo 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

II - os que tenham perdido o cargo de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e de Prefeito e Vice-Prefeito por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, durante o período

- remanescente do mandato perdido e pelo prazo de 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;
- III - os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, durante o período do mandato da eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como nos 8 (oito) anos seguintes;
- IV - os que tenham sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:
- a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
 - b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
 - c) contra o meio ambiente e a saúde pública;
 - d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
 - e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
 - f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
 - g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
 - h) de redução à condição análoga à de escravo;
 - i) contra a vida e a dignidade sexual; e
 - j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- V - os que tenham sido declarados indignos do oficialato ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;
- VI - os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, nos 8 (oito) anos seguintes ao da rejeição, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do artigo 71 da Constituição Federal a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;
- VII - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que tenham sido condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, nos 8 (oito) anos seguintes ao da condenação;
- VIII - os que hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;
- IX - os que tenham sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da condenação;
- X - os que tenham renunciado aos mandatos de Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Estadual e Distrital e Vereador, nas hipóteses em que haja sido oferecida representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, durante o período remanescente ao do mandato ao qual hajam renunciado e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;
- XI - os que tenham sido condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a

condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

XII - os que tenham sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

XIII - os que tenham sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude;

XIV - os que tenham sido demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

XV - a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão; e

XVI - os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos.

Parágrafo Único. A vedação de que trata o inciso IV deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 7º. Todas as entidades sem fins lucrativos que mantiverem convênios, termos de parceria, contratos de gestão e instrumentos congêneres ou que, por qualquer outra forma, recebam verbas de órgãos da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, deverão comprovar que seus diretores não incidem nas vedações constantes do artigo 1º deste decreto.

ANEXO IV TERMO DE RESPONSABILIDADE

A _____ (nome da organização), por meio de seu representante legal, Sr.(a). _____ (nome do representante legal)

ATESTA, sob as penas da lei, que o imóvel situado à Rua _____ (endereço do imóvel em que o serviço será prestado) possui condições de segurança e habitabilidade, a fim de nele ser (em) prestado(s) o(s) _____ serviço(s) de assistência social

_____ (nome do serviço), com _____ (n.º) vagas de atendimento, conforme Edital n.º _____/SMADS/2016, do Processo _____ (n.º do processo) que culminará em Termo de Conveniamento.

Atesta ainda que o imóvel encontra-se em perfeitas condições, razão pela qual se responsabiliza por qualquer dano no imóvel que possa vir a atingir os usuários que se utilizarão do serviço a ser nele prestado.

Declara ainda estar ciente de que, caso seja constatado, em vistoria, que o imóvel não possui condições de segurança e habitabilidade, tal fato pode dar causa à rescisão do convênio celebrado com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Paulo, ____ de _____ de 2016.

(assinatura do representante legal da organização)

ANEXO V DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – SEAS

MODALIDADE: SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL ÀS PESSOAS NA RUA E EM SITUAÇÃO DE RUA QUE FAZEM USO DAS RUAS PARA O CONSUMO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM CENAS DE USO – SEAS – MODALIDADE 4

1 - Caracterização do serviço:

Serviço referenciado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS com a finalidade de assegurar trabalho social de busca ativa e abordagem nas ruas, identificando nos territórios a incidência de trabalho infantil, violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua e outras.

Deverão ser considerados todos os logradouros públicos onde se verifica a incidência de indivíduos nas condições acima, tais como: praças, locais de comércio, viadutos, terminais de ônibus, trens, metrô entre outros. O serviço deverá também oferecer atendimento às solicitações de munícipes.

Esse serviço está vinculado ao CREAS e mantém relação direta com a equipe técnica deste Centro, que deverá operar a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial e com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, outras Organizações de Defesa de Direitos e demais políticas públicas, no intuito de estruturar uma rede efetiva de proteção social.

Para garantir o comando e a gestão estatal, a equipe técnica do CREAS é responsável pelo acompanhamento da prestação de serviço, devendo ter assegurado em suas atribuições:

- a realização de reuniões mensais de coordenação técnica de monitoramento e avaliação com as executoras do serviço;
- o acesso aos relatórios, prontuários, Plano Individual de Atendimento - PIA dos casos atendidos;
- a proposição de estudos de casos em conjunto com a executora, principalmente aqueles com maior dificuldade de adesão à proposta de trabalho;
- a articulação com Sistema de Garantia de Direitos;
- a inclusão no Cadastro Único e no Sistema do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - SISPETI quando se tratar de crianças e adolescentes em trabalho infantil;
- a articulação com o CRAS para inserção na rede socioassistencial da Proteção Social Básica quando for o caso;
- a inserção na rede socioassistencial de Proteção Social Especial e nos programas de transferência de renda quando for o caso;
- o acompanhamento às visitas domiciliares quando necessário;
- ainda no âmbito estatal, a equipe técnica do CREAS deve em conjunto com o serviço conveniado:
 - organizar a busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, dentre outras;
 - conhecer a dinâmica da realidade local a partir das informações dos vários setores;

- manter reuniões periódicas a fim de discutir a metodologia de abordagem e vínculo com as pessoas em situação de rua e que fazem uso de substâncias psicoativas.

2 - Modalidade:

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL ÀS PESSOAS NA RUA E EM SITUAÇÃO DE RUA QUE FAZEM USO DAS RUAS PARA O CONSUMO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS EM CENAS DE USO – SEAS – MODALIDADE 4

3 - Usuários:

Adultos, crianças, adolescentes e jovens na rua e em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo abusivo de substâncias psicoativas.

4 - Objetivo:

Desencadear o processo de saída das ruas e promover o retorno familiar e comunitário, além do acesso à rede de serviços socioassistenciais e as demais políticas públicas.

5 - Objetivos específicos:

- realizar diagnóstico territorial identificando pontos de concentração de pessoas em situação de rua, situação de trabalho infantil, além da violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, por faixa etária e sua dinâmica, tendo como referencia também os dados do ultimo censo oficial realizado pela SMADS, por intermédio de instituição específica;
- identificar as famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza dos riscos e das situações de abandono, as condições em que vivem as pessoas nas ruas, as causas de sua permanência, estratégias de sobrevivências, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições;
- promover ações de sensibilização para a divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias na área de abrangência do serviço;
- articular com os atores locais as ações de atendimento;
- promover prioritariamente, ações para reinserção familiar e comunitária e na rede socioassistencial;
- abordar e acompanhar pessoas na rua e em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo abusivo de substancias psicoativas em cenas de uso.

6 - Funcionamento:

- todos os dias da semana das 8.00 às 22.00 horas quando a região apresentar uma demanda superior a 500 usuários;
- de segunda à sexta-feira, das 8.00 às 18.00 horas quando a demanda for inferior a 500 usuários.

7 - Forma de acesso ao serviço:

Demanda encaminhada pelo CRAS/CREAS/CENTRO POP ou rede de serviços socioassistenciais, demais políticas públicas ou órgãos do sistema de garantia de direitos vias CRAS/CREAS.

8 - Unidade:

Espaços fixo e/ou móveis (próprios, locados ou cedidos) custeados por SMADS (incluindo aluguel e IPTU), de acordo com a realidade imobiliária local e administrados por organizações sociais sem fins econômicos. Estes espaços serão referência para os usuários.

9 - Abrangência:

O SEAS desta modalidade atuará nas regiões com cenas de uso abusivo de substâncias psicoativas, identificadas pelas Supervisões de Assistência Social em parceria com outros órgãos municipais, estaduais e federais.

10 - Configuração do serviço:

10.1 - Provisões institucionais, físicas e materiais

- espaço sede do serviço e/ou Unidade Móvel;
- espaço fixo e/ou móvel para o desenvolvimento do serviço;
- telefone móvel, crachá e uniforme;
- computador com configuração que comporte sistema de dados e provedor de internet banda larga, Tablets ou Laptops;
- veículos para transporte da equipe e dos usuários para a rede de serviços;
- banco de dados de seus usuários e da rede de serviços do território;
- banco de dados de pessoas adultas em situação de rua – SISRUA;
- atualização diária do SISRUA;
- materiais pedagógicos para desenvolvimento de atividades lúdicas e educativas no caso de crianças e adolescentes;
- materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento de atividades voltados a este segmento.

10.2 - Trabalho Social

- conhecimento do território;
- abordagem, escuta, orientação, encaminhamentos;
- estabelecer aproximação com os usuários;
- visita domiciliar a família;
- articulação da rede socioassistencial;
- articulação em outros serviços públicos;
- articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos;
- elaboração de relatórios, planilhas dos atendimentos;
- fornecer informações para elaboração de relatórios e/ou prontuários;
- fornecer dados para o sistema de vigilância social.

10.4 - Trabalho socioeducativo

- produção de informação/comunicação sobre defesa de direitos;
- desenvolvimento de atividades de convívio social e de organização da vida cotidiana;
- implementação de ações sistemáticas para o restabelecimento e/ou preservação dos vínculos sociais e comunitários;

- orientação aos usuários de como administrar seus próprios recursos financeiros, com vistas a sua autonomia e sua contribuição durante o processo de permanência no programa;
- potencializar e valorizar talentos.

10.5 - Aquisição dos usuários

- ter oportunidade de acessar serviços de acolhida em condições de dignidade;
- ter minimizado dos danos por vivências de situação de rua, abusos e violências;
- ter sua identidade, integridade e história de vida preservada;
- ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
- ter acesso à rede socioassistencial e a serviços de outras políticas públicas;
- ter acesso à documentação pessoal;
- ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidade;
- ter reparados e/ou minimizados os danos por rompimento de vínculo familiar e intrafamiliar em decorrência do uso de álcool e outras drogas;
- ter reparado e/ou minimizado os danos por vivência de violência e abuso drogas;
- ter acesso ao CADÚNICO;
- ter acesso aos recursos comunitários, programas, serviços e benefícios de outras políticas públicas;
- ter ganho em autonomia, protagonismo e condições de bem estar;
- ser estimulado a participar da vida comunitária e ao exercício de sua cidadania;
- conhecer seus direitos e como acessá-los;
- ter acesso a experiências para relacionar-se e conviver em grupo;
- receber atendimento profissional para construção de projetos pessoais e sociais;
- ter possibilidade de vislumbrar novas habilidades e/ou aprimorá-las nas ações de inclusão produtiva dentre outras;
- conhecer outras possibilidades de geração de renda.

10.6 - Indicadores de avaliação do serviço

Fonte: Declaração Mensal de Execução do Serviço – DEMES / SISRUA

- nº de beneficiários desligados pela resolução de caso (moradia, autonomia financeira, retorno familiar);
- nº de beneficiários em tratamento de saúde, inseridos em CAPS AD;
- nº de beneficiários que abandonaram o projeto;
- 100% dos usuários encaminhados para acesso à documentação;
- 100% das crianças e adolescentes frequentando a rede pública de ensino;
- encaminhamento de usuários para ocupação remunerada: 100% dos que solicitarem;
- nº de usuários em capacitação técnica e/ou curso profissionalizante: 100% dos que solicitarem;
- oferta de 100 % de inclusão de usuários no CADÚNICO;

10.7 – Avaliação de Resultados

A avaliação dos resultados será feita por meio de relatório estatístico e descritivo elaborado mensalmente, a partir dos prontuários individuais e do preenchimento Sistema de Atendimento ao Usuário – SISA

11 – Atribuições do Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS

- constituir-se como pólo de referência, coordenação e articulação da Proteção Social Especial, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados de assistência social às famílias e indivíduos com seus direitos violados;
- identificar e encaminhar demandas aos serviços a ele referenciados;
- acompanhar, monitorar e avaliar a evolução do atendimento;
- articulação efetiva na referência e contra referência para a excelência do trabalho desenvolvido, com vistas a fortalecer a rede que constitui Sistema de garantia de direitos e os serviços da rede socioassistencial;
- capacitação permanente dos vários atores, diretos e indiretos da rede de serviços de proteção especial de média complexidade;
- articulação e participação permanente em redes de defesa, garantia e promoção dos direitos da criança, do adolescente, do jovem e da família;
- articulação com outras políticas públicas e órgãos de defesa de direitos com vistas à efetivação da intersetorialidade nas ações da proteção social especial;
- oferecer suporte técnico aos serviços de proteção social especial de média complexidade a ele referenciado.

12 - LEGISLAÇÕES, PORTARIAS E DECRETOS ESPECÍFICAS PERTINENTES AO EDITAL

Portaria Intersecretarial CGU/MF/MP 507/2011 – regula os convênios, os contratos de repasse e os termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União.

Disposições estabelecidas pelo Convênio SENAD nº 103/2014, sob registro no SINCOV 813698/2014, firmado entre a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça – SENAD/MJ.

Resolução 1008/COMAS-SP/2015, de 21 de maio de 2015, dispõe sobre a aprovação de Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas na Rua e em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo abusivo de substâncias psicoativas em cenas de uso – SEAS – MODALIDADE 4.

Lei 12.316/1997 – Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo;

Decreto 40.232/2001 – Regulamenta a Lei 12.3016/1997;

Plano Integrado de enfrentamento ao crack e outras drogas, por meio do Decreto 7.179 de 20 de maio de 2010, alterado pelo Decreto 7.637 de 8 de dezembro de 2011, que instituiu o Programa Crack, é possível vencer.

Decreto 55.067, de 28 de abril de 2014, que regulamenta o Programa de Braço Aberto, instituído em 15 de janeiro de 2014.

Resolução CIT nº 05, de 8 de junho de 2011, que padroniza prazos para demonstração da implantação dos equipamentos públicos e da prestação dos serviços socioassistenciais e da outras providência.

Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, que ratifica equipe de referência definida pela NOB/RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS.

Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS.

Resolução CNAS nº 9, de 15 de abril de 2014, que ratifica e reconhece as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do SUAS, em consonância com a NOB/RH/SUAS.

12 – Valores referenciais para composição do custo do serviço:

PLANILHA REFERENCIAL DE COMPOSIÇÃO POR ELEMENTOS DE DESPESAS DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS CONVENIADOS						
<i>Valores de acordo com a Portaria 26/SMADS/2015</i>						
SERVIÇO: SEAS - MODALIDADE 4 - FASES 1 E 2						
CAPACIDADE		100				
I - RECURSOS HUMANOS						
<i>Cargos</i>	<i>Salário</i>	<i>Padrão/ Quant Fase 1</i>	<i>Total Salários Fase 1</i>	<i>Ampliação Fase 2</i>	<i>Padrão/ Quant Fase 2</i>	<i>Total Salários na Fase 2</i>
Gerente de Serviço I	4.371,80	1	4.371,80	0	1	4.371,80
Assistente Técnico I	2.410,03	0	0,00	1	1	2.410,03
Auxiliar Administrativo	1.385,20	1	1.385,20	0	1	1.385,20
Técnico	2.530,54	1	2.530,54	1	2	5.061,08
Orientador Socioeducativo	1.454,48	4	5.817,92	1	5	7.272,40
Agente Operacional - 40 h	1.011,79	1	1.011,79	0	1	1.011,79
TOTAL		8	15.117,25	3	11	21.512,30
II - ENCARGOS SOCIAIS						
	<i>% encargos</i>	<i>Valor Fase 1</i>		<i>Valor Fase 2</i>		
Sem isenção	0,5947	8.990,23		12.793,36		
Com isenção	0,3267	4.938,81		7.028,07		
	<i>Qtidade / mês</i>	<i>Valor / h</i>	<i>Valor</i>			
HORAS TÉCNICAS	10	127,10	1.271,00			
TOTAL DE RECURSOS HUMANOS + ENCARGOS SOCIAIS + HORAS TÉCNICAS						
	<i>Fase 1</i>		<i>Fase 2</i>			
Sem isenção	25.378,48		35.576,66			
Com isenção	21.327,06		29.811,37			
DESPESAS COMPLEMENTARES						
	<i>Per Capita</i>	<i>Valor</i>				

I - MATERIAL PARA O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO PEDAGÓGICO		8,23	823,00	
II - OUTRAS DESPESAS		valor fixo	2.137,93	
III - CONCESSIONÁRIAS		valor fixo	1.425,28	
IV - RECÂMBIO		valor fixo	527,50	
V - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS				
<i>Qtidade. Veículos</i>	<i>Valor/hora</i>	<i>Nº hs/mês</i>	<i>Valor</i>	
2	29,79	270	16.086,60	
TOTAL DESPESAS COMPLEMENTARES				
SUB TOTAL			21.000,31	
TOTAL DO CONVÊNIO				
			Fase 1	Fase 2
SEM ISENÇÃO			46.378,79	56.576,97
COM ISENÇÃO			42.327,37	50.811,68
<i>Observações:</i>				
1 - OUTRAS DESPESAS = internet, material de escritório, higiene e limpeza, contabilidade, pequena manutenção				
2 - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS = veículos com motoristas, combustível e seguro sendo um com condições de rebocar o trailer				
3 - CONCESSIONÁRIAS = apenas telefonia (água e luz custeadas pela SMADS)				
4 - MATERIAL PARA O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO E PEDAGÓGICO = per capita do CAE				
Estes valores são meramente referenciais para a composição do custo do serviço com base nas legislações vigentes, podendo a proponente elaborar o seu próprio Demonstrativo de Custeio do Serviço Conveniado nos termos do art. 2º da Portaria 27/SMADS/2015.				

**ANEXO VI
DEMONSTRATIVO DE CUSTEIO DO SERVIÇO CONVENIADO**

ANEXO III DA PORTARIA 27/SMADS/2015
(Deverá ser elaborado em papel timbrado da organização)

DEMONSTRATIVO DE CUSTEIO DO SERVIÇO CONVENIADO

SAS	
SERVIÇO	
EDITAL	
PROCESSO	

TERMO DE CONVÊNIO	
-------------------------	--

ITENS	ELEMENTOS DE DESPESA	VALOR MENSAL
1	RECURSOS HUMANOS	
2	ENCARGOS SOCIAIS	
3	FUNDO DE RESERVA	
4	ALIMENTAÇÃO	
5	MATERIAIS PARA O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO E PEDAGÓGICO	
6	CONCESSIONÁRIAS	
7	ALUGUEL	
8	IPTU	
9	HORAS TÉCNICAS	
10	HORAS OFICINAS	
11	DESPESAS DE ATIVIDADES EXTERNAS DE NATUREZA SOCIOEDUCATIVA E DE LAZER	
12	DESPESAS PARA ATIVIDADES SOCIOASSISTENCIAIS DE ORIENTAÇÃO, ENCAMINHAMENTO E APOIO NA ACOLHIDA INDIVIDUAL OU GRUPAL	
13	DESPESAS COM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	
14	DESPESAS DE TRANSPORTE E VESTUÁRIO	
15	DESPESAS COM LAVANDERIA	
16	DESPESAS DE HOSPEDAGEM EMERGENCIAL	
17	DESPESAS DE RECÂMBIO	
18	OUTRAS DESPESAS	
TOTAL		

OUTRAS DESPESAS (DESCREVER)		
ORD	FUNÇÃO	VALOR
1	Material de Escritório e Expediente	
2	Higiene e Limpeza	
3	Reparo e Manutenção do Imóvel	
4	Transporte de Usuário e do Serviço (serviços específicos)	
5	Internet de banda larga	
6	Despesas com serviços de Contabilidade	
7	Outras Despesas respeitadas a finalidade e necessidade do serviço conveniado (descrever e quantificar):	
TOTAL		

